

Memória e espaço público na escrita diarista de Maria Gabriela Llansol

Sandra Guerreiro Dias



Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Electronic version

URL: <http://eces.revues.org/902>

DOI: 10.4000/eces.902

ISSN: 1647-0737

Electronic reference

Sandra Guerreiro Dias, « Memória e espaço público na escrita diarista de Maria Gabriela Llansol », *e-cadernos ces* [Online], 14 | 2011, colocado online no dia 01 Dezembro 2011, consultado a 30 Setembro 2016. URL : <http://eces.revues.org/902> ; DOI : 10.4000/eces.902

The text is a facsimile of the print edition.



MEMÓRIA E ESPAÇO PÚBLICO NA ESCRITA DIARISTA DE MARIA GABRIELA LLANSOL

SANDRA GUERREIRO DIAS

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo: Considerando-se a escrita diarista como espaço/tempo de memória(s) que questiona e reelabora sentidos e leituras da história, reflete-se, em “Memória e espaço público na escrita diarista de Maria Gabriela Llansol”, acerca da natureza de alguns dos processos de transformação em curso na sociedade portuguesa do pós-Abril a partir dos diários e cadernos de apontamentos (Livros de Horas I e II, recentemente publicados) de Maria Gabriela Llansol, redigidos entre 1972 e 1996. Analisa-se simultaneamente o lugar da(s) ausência(s) e divergência(s) num espaço público em convulsão, bem como a simbologia ambivalente de uma autoexclusão e marginalidade que, como prática de transgressão, ao invés de esconder, denuncia. Reflete-se ainda, a partir do testemunho daquela escritora, acerca das (in)definições deste espaço no período em apreço, discutindo-se as dissensões social/privado, reveladoras das fragilidades e contradições de um espaço público em mudança.

Palavras-chave: memória, escrita autobiográfica, pós-Abril, espaço público, Maria Gabriela Llansol.

“All silence has a meaning.”
Adrienne Rich

No debate sobre memória e história, a urgência da reposição crítica de uma memória viva do Holocausto pelo testemunho marca irreversivelmente a relação dos historiadores e do mundo com a “tensão ética” (Mudrovic, 2005: 112) inerente a estas duas formulações do passado (cf. Wieviorka, 2006). Assim os anos oitenta, na continuidade do “linguistic turn” e após a publicação do controverso trabalho de Hayden White, *Metahistory* (1973), consignam o momento/movimento de viragem definitivo a partir do qual história e memória passam a ser equacionadas pelos historiadores como “modos complementares de construir e relacionar o tempo” (Assman, 2006: 263). O esbatimento das fronteiras

entre “história factual” e “história vivida” dá pois lugar a uma conceção de história como “olhar que examina e verifica os passados lembrados” (Assman, 2006: 263-264), passando a considerar-se a memória como “vista de dentro” que permite “avaliar os eventos do passado e proporcionar uma postura ética”, e a história como “a vista de fora” que “verifica os eventos lembrados” (*ibidem*: 264). Uma conceção plural e crítica da história pressupõe por isso o recurso inevitável à memória¹ como tensão do imaginário no presente (na senda de Walter Benjamin), “lugar vivido no presente eterno” (Nora, 1996: 3) ou lugar de permanência das “interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que ‘não passam’” (Rouso, 1996: 95). Assim como processo de “fabricação, [e] nova reconstrução do original” (Grant *apud* King, 2000: 175), a memória passa a ser recuperada no estudo da história como substrato imaginário vertido em narrativas cujo significado, de acordo com Christopher Bollas, resulta desse ato físico que é a criação, pelo historiador, de um novo lugar de memória a partir de um significado inexistente previamente, portanto procedente do trabalho simbólico sobre o real (*apud* King, 2000: 180). O estudo da memória pressupõe por isso inevitavelmente também o estudo dos processos de “reconstrução ideológica do passado que condiciona a própria percepção do presente” (Sá, 2005: 7), avaliação que constitui em si também um modo de vigilância da memória pela própria memória, coletiva e social.

A escrita autobiográfica como escrita-da-memória, assume, neste quadro, particular relevância como prática complexa de escrita cujos enfoques analíticos, após os contributos teóricos do pós-estruturalismo, da psicanálise, do marxismo, do feminismo e do pós-colonialismo, passam a centrar-se, conforme Saunders (2008), nos modos de escrita e nas representações da sociabilidade, isto é na tensão que subjaz às repercussões culturais das memórias como representações e das representações da memória (330), num espaço-texto de conflitualidade que aquela escrita ora convoca, ora provoca. De facto, tanto Halbwachs, e a teoria da “memória coletiva²”, como Augé (2001), e a “implicação mútua das narrativas” (52-55), Collin (2001) e o estreitamento político da memória (parágrafo 40), ou Pollack (1989) e a “disputa da memória” (6), dão conta deste lugar de confrontos múltiplos e fraturantes entre o particular e o público, o social e o político, o passado e o presente, a memória e o esquecimento. O potencial político e crítico de uma análise da escrita-da-memória reside por isso também na deteção deste

¹ Annette Wieviorka considera mesmo, neste âmbito, que a memória, pela via do testemunho, contém “riquezas extraordinárias: o encontro com a voz humana atravessada pela história e, obliquamente, com a verdade não factual mas com a mais subtil e indispensável verdade de uma época e de uma experiência” (Wieviorka, 2006: 396).

² Conforme o autor, a memória individual é sempre o produto de uma memória coletiva, como explica: “as nossas lembranças permanecem coletivas e são-nos lembradas pelos outros, ainda que se trate de acontecimentos vividos individualmente [...]. Quer dizer que, em realidade, nunca estamos de facto sozinhos” (Halbwachs, 1997: 52).

espaço de conflito como “interdiscurso reintegrativo” (Jürgen Link *apud* Neumann, 2008: 335), para o qual Birgit Neumann chama a atenção, na medida em que a reconceptualização das memórias que aquela escrita pressupõe, para além de assinalar as divergências entre memórias sancionadas e não sancionadas, “mantém vivo o conflito sobre aquilo que o passado coletivo realmente procura”, ligando “o discurso hegemónico a possibilidades não-realizadas ou inexpressivas do passado” (*ibidem*: 341). A memória torna-se aqui, assim, “força de inovação contínua e autorrenovamento cultural” (*ibidem*).

Julian Wolfreys (2008), por seu turno, partindo de uma teorização sobre transgressão e texto literário, considera a memória como ato transgressivo por natureza, na medida em que esta constitui “o movimento ou a passagem através de um certo limite, fronteira ou margem”, por isso, “impulsão que interrompe a divisão e o discernimento do incluído e do excluído por linhas divisórias de qualquer natureza” (10). Nesta perspetiva, a escrita-da-memória, e nomeadamente a escrita diarista de Maria Gabriela Llansol – corpus de análise específico deste ensaio³ –, constitui um ato de transgressão do tempo no espaço, qual “gesto absorvente e compulsivo” (Barrento, 2009: 159)⁴ no tempo inconstante que não se fixa, apenas se move, entre o que se escreve, o que se lembra e o que se (re)cria dessa memória, numa espécie de “precipitada fusão” entre o “Aqui, além, [e] agora” (Llansol, 2009, 28/04/1976: 145), como refere a autora num dos cadernos de apontamentos recentemente publicados. Assim o texto constitui, para Llansol, o lugar da memória na história e da história na memória, conforme explicita: a “história que eu quero não existe, não está escrita, é o meu livro” (Llansol, 2009, 04/05/1975: 75); ou ainda: “Não repudio nada, não devo repudiar o que faz parte da minha temporalidade e que também me situa no eterno. Serei humilde neste momento do destino. Todos temos um destino longo e imperecível, vindo da História e indo para a História” (Llansol, 2009, 28/03/1976: 136). De acordo com Lopes (1999), o universo singular daquela que é uma das maiores revelações da literatura portuguesa recente⁵ reside mesmo nessa conceção de escrita em rutura com a ideia de utilização da linguagem enquanto instrumento transparente de representação da realidade ou enquanto seu espelho, bem como no

³ Considerou-se, para o presente ensaio, como escrita-da-memória, os seguintes textos da autora: *Um Falcão No Punho (Diário I)* (1998, originalmente publicado em 1985), *Finita (Diário II)* (2005, originalmente publicado em 1988), *Inquérito às Quatro Confidências (Diário III)* (1996), e os dois cadernos de apontamentos recentemente publicados: *Uma data em cada mão – Livro de Horas I* (2009), e *Um arco singular – Livro de Horas II* (2010), este último póstumo. Note-se que as datas de publicação indicadas não correspondem às datas efetivas de redação, pelo que se indicou, nas citações, entre parênteses, as datas das entradas dos diários de onde as mesmas foram retiradas.

⁴ João Barrento é atualmente o principal responsável pelo espólio de Maria Gabriela Llansol, organizador, juntamente com Maria Etelvina Santos, dos *Livros de Horas I* e *Livro de Horas II*, aqui em estudo, e um dos membros fundadores do Espaço Llansol, centro de estudos dedicado à catalogação, estudo e divulgação da obra da autora, fundado em 2006 e situado em Sintra na antiga casa da autora.

⁵ Manuel Gusmão (1997), referindo-se à obra de Llansol, fala mesmo numa “fortíssima singularidade na literatura portuguesa” que advém, por um lado, “do esplendor da sua linguagem que intensamente se apropria da poesia”, e por outro, “da experiência de uma imaginação radical [...] que entrelaça uma vontade, um desejo ontogenosiológico de mundo” (204).

privilegiar de uma dimensão de abertura ao acaso e aos processos de inconsciente, através do acolhimento das suas manifestações (construções) textuais (110).

O exercício discursivo de Llansol processa-se assim através de uma formulação do texto como autorreferencialidade em diálogo permanente, consciente e inconsciente, com a história da memória através da alusão a personagens situadas ou não e a outras ideias historicamente (in)definidas. Nesta medida os seus textos propõem, no dizer de Maria Alzira Seixo (1986), uma divagação acerca da natureza do mundo por “espelhagem perfeita ou nítida [...] por uma espécie de decorrência oblíqua onde o trabalho do sujeito discursivo é fundamental nas distorções ou efeitos especiais que pratica” (32).

Por outro lado, o espaço possível da memória do entre ou de passagem – “Eu estou a meio caminho entre o interior e o exterior e o que devo contar, para ser compreensível, / é como se torna efetiva uma das hipóteses de passagem” (Llansol, 1998, 22/11/1981: 66) –, constituindo o lugar por excelência dessa distorção de que fala Seixo, é também o lugar-de-passagem através da qual a autora transpõe a fronteira do êxodo, de onde irrompe do silêncio a que se remete quando se exila na Bélgica,⁶ e de onde fala, interrompendo a ausência de um espaço público⁷ em que não se revê. Como se verá, a autora considera que, apesar do 25 de Abril e da recente conquista das liberdades cívicas, este é um espaço ainda em silêncio, silenciado e silenciador, que por isso é preciso interpelar, pois que, conforme afirma, “é preciso uma razão forte para partir para o êxodo, / ser impelido à mudança com a força de quem chega; não ser forçado a partir mas descer o abismo e transpor a fronteira” (Llansol, 1996, 28/01/1996: 147), ou seja, é preciso partir para então transgredir e tornar plausíveis as razões desse exílio e silêncio.

Por outro lado, e conforme Pedro Eiras (2004), é a intimidade com o espaço da memória e da escrita que permite que se recrie o devir-tempo e “transformar-se ele mesmo em parte de uma história própria” (238), assim se tornando ação que rememora, reflete e se realiza no espaço do outro. Constituem por isso estas lembranças, suas e da sua ausência nesse outro (aqui no sentido de espaço coletivo de referência) como interpelação, recordações – como explica, “Não existe povo, / nem em baixo, / nem em cima, / nem lugares privilegiados, / existem recordações, / e todas se equivalem / são o mesmo” (Llansol, 2009, 04/05/1974: 54-5) –, nomeadamente de uma sociedade e tempo em e de transição. No rescaldo de uma revolução problematicamente evocada nestes textos, as “zonas de sombra” ou “não-ditos” de que fala Pollack (1989: 9) são resgatados

⁶ A autora parte para a Bélgica em 1965 de onde apenas regressará definitivamente nos anos oitenta, pese embora visite o país com alguma regularidade, viagens a que se refere nos seus diários e que são particularmente cruciais nas reflexões que produz acerca dos temas aqui em análise.

⁷ Considera-se o conceito de espaço público conforme proposto por Lefebvre em *The Production of Space* (1995; ed. orig. 1971), isto é, socialmente produzido e constituído pelo e no conjunto das relações sociais, políticas e ideológicas que nele se forjam.

numa tentativa de inscrição dos mesmos no espaço deixado em aberto pelas narrativas dominantes. Empreendendo-se uma síntese do ausente, as suas reflexões consignam a interrogação dum tempo de passagem entre passado e futuro, que procura compreender uma história feita dos “elos de ausências presentes” (Llansol, 1996, 21/02/1995: 48) que a sua escrita-da-memória recupera e liga. Assim, ver, contar a história é, para si, “nomear os lugares e os acontecimentos / coser” (Llansol, 2009, 04/04/1976: 138-139), isto é, dar-lhes um nome e uni-los dispersamente a partir do que escreve, da sua história, uma temporalidade feita de múltiplas temporalidades e memórias em simultâneo,⁸ na conjugação das quais se produz a tensão face ao futuro. Para António Guerreiro (1986), a escrita diarística da autora configura assim esse movimento de “desterritorialização”, na escrita e no tempo, de um “conjunto de inflexões, de afetos, de pensamentos, de impressões e memórias” (66). É nesta perspetiva também que Carlos Vaz (2004) considera que os diários de Llansol fundam esse “espaço por onde passa o fio da contemporaneidade”, unindo “o que está disperso, abrindo o espaço recetivo da noite que torna possível a coexistência da diversidade no mútuo” (Vaz, 2004: 98).

Através de uma escrita dos interstícios, na qual o ‘espaço em branco’ da incerteza constitui o espaço aberto do presente à mudança (cf. Anderson, 1997: 132),⁹ Llansol questiona sentidos dominantes de uma história ‘sem memória’, legitimadora de um presente abrupta e coletivamente hipotecado da memória recente do pós-Abril, como explica a autora:

Nada se esvai; tudo se passa de monte em monte, de mão em mão, ouvindo-se. Como se o reverso da história me chegasse numa dobra, e eu o visse a entreabrir-se ligeiramente, e já as minhas mãos recebessem só nuvens. / E, no entanto, eu escrevo... / [...] Que linha do tempo foi ali quebrada? [...] / Por que será que no horizonte da história se ouvem gemidos, o gotejar contínuo de ações inacabadas? (Llansol, 2005, 21/04/1975: 47)

Exilada na Bélgica, Llansol assume um confronto à distância com os acontecimentos então em curso na sociedade portuguesa, posição/situação que reforça o caráter ambivalente de um discurso simultaneamente ausente – para “pensar Portugal, preciso de estar longe; é porque há, extraído dele, um grande capital de visões, e não de

⁸ Eiras considera mesmo que na escrita llansoliana “não se pode falar [...] de contemporaneidade, nem de uma História cumulativa e irrepitível, subordinada à hierarquia teo-teleo-lógica das eras” (233), pelo contrário, trata-se de “propor uma sincronia [...], o devir, o imprevisível” (2004: 234-235).

⁹ Linda Anderson considera que a escrita autobiográfica feminina se configura como escrita do intersticial, em cujo ‘espaço branco do texto’ (Spivak) reside a manobra potencial da abertura à utopia, aqui como espaço da diferença (1997: 132).

tangibilidade, ou realizações” (Llansol, 2010, 16/07/1978: 221) – e presente, assim se inscrevendo na problemática de um relato que é a um tempo de fora, crítico, distante, mas simultaneamente de dentro dos acontecimentos, politicamente implicado, como explica: “acredito que uma sociedade muda quando as nossas vidas mudam. E estas começam a mudar em parte à medida que a escrita modifica as mentalidades que as orientam” (Llansol, 2010, 07/11/1977: 106-107). Conforme Spivak (1998): “[a] única forma de garantir que o centro em si seja ele próprio também marginal não é permanecendo fora, à margem e apontando-lhe o dedo. Ao invés, posso fazê-lo implicando-me a mim mesma nesse centro assim percebendo que formas políticas o tornam igualmente marginal” (145).

O exílio de Llansol percebe-se aqui nesta linha, como busca que recusa e se despoja, ao mesmo tempo que combate a aceitação daquilo que Carlos Vaz designa de “arquétipo final” (2004: 100), ou como a própria esclarece: “Fui à procura do nosso contexto. E escrevendo sobre lugares [...] estrangeiros, dei a impressão de não estar a falar daqui. / Mas eu nunca saí daqui, no sentido de que nunca abandonei o meu corpo. A minha forma de rebeldia foi tão-só a recusa de o viver mutilado” (Llansol, 1998, 03/06/1983: 135).

Assim, as suas reflexões relevam de uma perceção e vivência do 25 de Abril como “partida conseguida, a muito custo, para uma viagem errada” (Llansol, 2005, 26/08/1975: 71-72), conquistada à custa daquilo que designa de “paz de acontecimentos suspensos” (Llansol, 2009, 22/03/1976: 128). Apesar de um entusiasmo inicial, registado a 4 de maio de 1974 num dos cadernos de apontamentos – escreve a autora: o “meu país está livre, / o meu país acabou / e libertou-me. / Acende todas as luzes, / mesmo atrás das portas / as luzes escondidas pela casa; / as luzes apagaram as fronteiras e os limites, / e posso finalmente falar com os outros, / a quem dou meu corpo / como se não existissem” (Llansol, 2009, 04/05/1974: 54) –, é da experiência da perda e da perplexidade face ao apagamento da memória na história, essa “hermenêutica do tempo unicamente presente” (Llansol, 1997: 10), que tratam estes seus escritos. Carlos Vaz refere mesmo que, no que à revolução de abril diz respeito, incomodam a autora sobretudo “os novos moldes de linguagem, ou seja, os novos estereótipos e a nova verdade elaborada pelo vencedor do momento” (2004: 59).

De facto, a leitura analítica da história deste período que as suas memórias materializam, síntese de memórias pessoais comprometidas – aqui entendidas no âmbito do conceito de “cidadania reflexiva” proposto por Tsekeris e Katrivesis (2008), isto é, como “forma[s] de sistema não-linear, autocrítico de si, que descobre[m] as respetivas limitações, fraquezas, obliquidades [...] e potencialidades” e reinventam as “orientações normativas e o vocabulário de valor” (98) – com memórias coletivas silenciadas, deteta,

no esgotamento antecipado de um espaço público permeado por contradições múltiplas, “um odor de violento ajuste de contas. / [ou um] cheiro de mensagem pervertida” (Llansol, 2005, 22/01/1975: 30). As causas, atribui-as a autora tanto à inércia e indiferença generalizada da sociedade civil como à falência precoce do projeto social e político conforme idealizado pela revolução de abril,¹⁰ como descrevia logo em 1975: “[...] com este horário de contenção biológica, com esta incubadora de leis, política vai gerando político, eternamente. Acumulam-se informações, mas o Estado, composto por estes milhões de homens machos que vomitam frases e testículos e lugares comuns de há séculos, não vota a lei do seu desaparecimento” (Llansol, 2009, 26/08/1975: 95).

Populações, / melhor, / gentes, / eu, o Estado / eu, o governo, / eu, a assembleia / eu, os partidos / eu, os jornais, / eu, os escritórios – os cafés / as dobragens / das repartições públicas, / eu, as receitas coletivas do Estado, / eu, os homens, / que denegamos o quotidiano, / e fodemos sistematicamente / a imaginação, / a palavra balbuciada, / e as torrentes de palavras / virgens / que dormem nas nascentes / votamos o nosso próprio desaparecimento. / Fomos às universidades, mas / prometemos ficar calados. (Llansol, 2009, 26/08/1975: 96)

Por outro lado, para a autora, o desmoronamento do projeto político, social e cultural comum estará depois na origem da deflagração de um espaço de memória dilacerado entre a utopia de uma democracia projetada durante décadas e a sua permanente perversão, cujas contradições radicam, à luz destes textos, tanto nas desigualdades sociais emergentes – e diz: “Por que me ocorre que em Portugal, agora, pobres e ricos já se podem odiar ostensivamente?” (Llansol, 2005, 22/01/1975: 30) –, como na “aguda polarização sociogeográfica da sociedade portuguesa” (Fortuna *et al.*, 1998: 87-88). Refere-se aqui Llansol à crise simultânea da ruralidade e da urbanidade, que a autora descreve do seguinte modo em *Finita*: “Não obstante a luz, no campo, a parte interna das moradas é escura. Na loja vende-se pão, tabaco, e informam-me que um dos maiores flagelos são os ratos.” (Llansol, 2005, 26/08/1975: 73); ou ainda: “Tempo / espaço / cidade / campo / zonas intermédias / não diferenciadas, / a depauperadora / terra de ninguém” (Llansol, 2009, 26/08/1975: 95). Ora registando e problematizando, ora predizendo, a reflexão que estes textos convocam remete não só para o excesso de

¹⁰ Sobre o espaço público português no período em apreço, considere-se, por comparação, as seguintes observações de Fortuna *et al.* (1998): “A recomposição política e institucional do Estado em Portugal amorteceu este ímpeto da sociedade civil [referindo-se os autores aqui à explosão do espaço público no imediato pós-1974] e, em numerosas situações, é mesmo possível dizer que a sua mensagem pública foi cooptada, para lhe ser devolvida sob a forma de retradução e de regulamentação” (92); e de Ribeiro (1986): “a esfera pública [após o 25 de Abril] [...] foi[-se] revelando cada vez menos como um espaço de produção de um sentido coletivo e cada vez mais como um espaço de encenação e de espetáculo” (20).

ausência da memória de abril já aqui referido, como para uma ignorância epidémica culturalmente instalada – as “instituições, as categorias, os poderes, o saber e a ignorância epidémicos continuam a mediatizar as relações entre as pessoas; não há qualquer sinal de criação de ecossistemas”, pelo que não “se fala em abolir os efeitos do poder mas [apenas] de suscitar as velhas novas formas” (Llansol, 2005, 26/08/1975: 71-72). Estas velhas novas formas levarão mais tarde a autora a concluir que terão sido “suficientes três anos de democracia para se ver que o nosso problema não era fundamentalmente um problema de sistema político, mas sim um problema de cegueira, de ritual, de retórica” (Llansol, 2010, 05/11/1977: 108). Retórica esta que, na leitura destes textos, constitui um correlato inédito de uma ausência fundamental de utopia ampliada, como a que se deteta a seguir:

Subitamente, as crianças condenadas a esta propagação sem imaginação: nascimento num bairro da cidade, adaptação ao meio pela revolta vã e aparente (sem eficácia nem proposta), morte. Vegetam também, e conseqüentemente sem nenhuma viabilidade (à maneira da máquina) (Llansol, 2009, 08/08/1975: 90).

De acordo com Gusmão (2004), esta saída e entrada na história “intermitente no presente descontínuo do texto”, traduz-se afinal numa paradoxal “travessia dos tempos”, que se antecipa e prediz, numa aproximação da “intempestividade” da escrita e da “necessidade do esquecimento” (316), como em Nietzsche. Assim estes “novos modelos da memória”, retomando-se aqui a proposta de Neumann (2008: 334), para além de resgatarem sentidos da história culturalmente esquecidos e/ou marginalizados pelo “trabalho de enquadramento da memória” (Pollack, 1992: 205), constituem por outro lado também afinal “contradiscurso[s] imaginativo[s]” (*ibidem*: 341), ou “referências intermédias que ilustram a pluralidade síncrona” (*ibidem*: 339) do passado feito presente, e que a escritora designa de história do que está a ser, já que como refere, “nada foi, tudo está sendo” (Llansol, 2005: 220). Trata-se, no dizer de Gusmão, de uma “poética da história” que, mantendo “a presença ausente do futuro como forma do desejo”, designa simultaneamente uma “*poiesis* antropológica e histórica” (2004: 317). Assim Llansol, um ano depois da revolução de 1974, propõe o seguinte:

[...] que as reuniões, ditas políticas, sejam feitas na Arrábida em estado de nudez; que os edifícios que ultrapassem dois andares sejam lançados ao mar e liquefeitos para sempre; que cada palavra passe pelos olhos, pelas mãos, pelos pés, antes de passar pela boca; [...] que os sotaques e as maneiras de falar subam nas bocas e cheguem a alguém e deem a todos a mesma língua perfeita. (Llansol, 2009, 15/08/1975: 91)

A memória do pós-25 de Abril nesta autora, isto é, essa fala que, antes de ser a da escrita é a do próprio corpo “dos acontecimentos presenciáveis, tentando a biografia” (Llansol, 1996, 22/05/1995: 88), isto é dos olhos, dos pés, das mãos, antes de ser da boca, como refere a autora no excerto anterior, é assim, acima de tudo, uma memória do tempo ausente, que, enquanto “afirmação de um sentido não expresso” (Llansol, 2009, 11/06/1972: 29), simultaneamente dá a voz a/interrompe essa ausência, que é a de si, enquanto escritora que fala de um país de onde se autoexila, e a de um tempo outro em suspenso nas narrativas institucionalizadas pela história sem memória. Neste sentido, trata-se de uma “escrita una e diversa [...] de todos os tempos, tonalidades e gradações de experiência” (Barrento, 2009: 159), cujo silêncio a que dá voz simultaneamente produz a tensão no espaço público do presente e se configura como movimento dinâmico que abre essas mesmas memória e história a uma cartografia mais plural do passado recente do país. Para além de convocar uma reflexão sobre a natureza contraditória e problemática do espaço público português deste período, esta busca premente do “espaço de fora [...] onde a deslocação se efetua” (Llansol, 2009, 08/08/1975: 89) que a sua escrita da memória enquanto “cidadania reflexiva” (Tsekeris e Katrivesis) empreende, remete ainda para a conceção de um espaço público alargado como lugar de exercício de abolição de fronteiras várias, isto é, de pluralização e aprofundamento de uma cidadania que, permitindo que “Privado e Público se complementem e reforcem mutuamente”, contribui “para o renovamento democrático da sociedade civil e para o combate contra a manipulação simbólica e a exclusão cultural/simbólica” (Tsekeris e Katrivesis, 2008: 99). De facto, e conforme Santos (1994), é no pós-Abril que, em Portugal, o quotidiano comum, aqui em sentido lato, se afirma como “campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores”, isto é, em que “o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, [se] desvulgarizam [...] e passam a ser oportunidades únicas de investimento e protagonismo pessoal e grupal” (224-225). Em Llansol, a negociação dinâmica do texto entre a memória individual e a história do que foi feito história coletiva, entre si e os “outros viveres” (Llansol, 2010, 26/01/1978: 140), como “estratégia singular não totalizável” (Pellajero, 2009: 86), é assumida como “narrativa que é um combate” (Llansol, 1998, 17/07/1979: 37), ou “protesto de inocência”¹¹ que transgride, rompe – “o meu texto, ao contrário da fala, nada concede, / circula para romper o que está preso” (Llansol, 1998, 28/05/1982: 72) – ou seja, que discute os limites desse espaço, negociação onde reside afinal o potencial político e emancipador de uma reflexão crítica da história e da memória.

¹¹ “Escrever não é um protesto de inocência?” (Llansol, 1998, 27/03/1979: 8).

SANDRA GUERREIRO DIAS

Sandra Guerreiro Dias (1981) é licenciada em Literaturas Modernas e mestre em História da Cultura Contemporânea (século xx) com uma tese sobre a mudança social na literatura portuguesa do pós-25 de Abril. Atualmente é *PhD Fellow* do programa de doutoramento em Linguagens e Heterodoxias (CES/FLUC), realizando investigação sobre mudança cultural, poesia e artes da performance em Portugal, no pós-25 de Abril. Contacto: sandra.cgd@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TEXTOS

- Llansol, Maria Gabriela (1996), *Inquérito às quatro confidências – Diário III*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Llansol, Maria Gabriela (1998), *Um falcão no punho*. Lisboa: Relógio d'Água. [2.ª ed.; ed. orig.: 1985].
- Llansol, Maria Gabriela (2005), *Finita*. Lisboa: Assírio & Alvim. [ed. orig.: 1987].
- Llansol, Maria Gabriela (2009), *Uma data em cada mão – Livro de Horas I*. João Barrento e Maria Etelvina Santos, seleção, transcrição, introdução e notas. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Llansol, Maria Gabriela (2010), *Um arco singular – Livro de Horas II*. João Barrento e Maria Etelvina Santos, seleção, transcrição, introdução e notas. Lisboa: Assírio & Alvim.

LITERATURA CRÍTICA

- Anderson, Linda (1997), *Women and Autobiography in the Twentieth Century – Remembered Futures*. Great Britain: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf.
- Assman, Aleida (2006), “History, Memory, and the Genre of Testimony”, *Poetics Today*, 27(2), 261-73.
- Augé, Marc (2001), *As formas do esquecimento*. Trad. de Ernesto Sampaio. Almada: Íman Edições. [ed. orig.: 1998].
- Barrento, João (2009), “Entre o murmúrio e o ouvido, Llansol: o diário interminável”, *Colóquio/Letras*, 172, 159-160.
- Collin, Denis (2001), “Histoire ou mémoire”. Consultado a 29/03/2011, em denis.collin.pagesperso-orange.fr/histoire.htm.
- Eiras, Pedro (2004), “Deus e o seu poeta não são escriturários – Ficções da História em Maria Gabriela Llansol”, in Maria de Fátima Marinho e Francisco Topa (coords.), *Literatura e história: atas do Colóquio Internacional: Vol.1*. Porto: Faculdade de Letras, 233-241.
- Fortuna, Carlos; Ferreira, Claudino; Abreu, Paula (1998), “Espaço público urbano e cultura em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 85-117.
- Guerreiro, António (1986), “O texto nómada de Maria Gabriela Llansol”, *Colóquio/Letras*, 91, 66-69.

- Gusmão, Manuel (1997), “Maria Gabriela Llansol”, in José Augusto Cardoso Bernardes *et al.* (orgs.), *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa – Vol. 2*. Lisboa: Verbo, 204-205.
- Gusmão, Manuel (2004), “Da literatura enquanto configuração histórica do humano”, in Maria de Fátima Marinho e Francisco Topa (coords.), *Literatura e história: atas do Colóquio Internacional: Vol. 1*. Porto: Faculdade de Letras, 309-319.
- Halbwachs, Maurice (1997), *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel. [ed. orig.: 1950].
- King, Nicola (2000), *Memory, Narrative, Identity: Remembering the Self*. Edinburgh: Edinburgh UP.
- Lefebvre, Henri (1995), *The Production of Space*. Oxford: Blackwell [ed. orig.: 1971].
- Llansol, Maria Gabriela (1997), “O sonho de que temos a linguagem”, *Colóquio/Letras*, 143/144, 6-18.
- Lopes, Silvina Rodrigues (1999), “Comunidade da Exceção”, in Maria Gabriela Llansol, *O Livro das comunidades; seguido de apontamentos sobre a escola da rua de Namur*. Lisboa: Relógio d’Água, 109-120.
- Mudrovcic, María Inés (2005), *Historia, narración y memoria – Los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Ediciones Akal.
- Neumann, Birgit (2008), “The Literary Representation of Memory”, in Astrid Erll e Ansgar Nünning (orgs.), *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 333-343.
- Nora, Pierre (1996), “General introduction: Between Memory and History”, in Pierre Nora (org.), *Rethinking the French Past of Memory, Vol. I: Conflicts and Divisions*. New York: Columbia University Press, 1-20.
- Pellejero, Eduardo (2009), *A postulação da realidade – filosofia, literatura, política*. Trad. de Susana Guerra. Viseu: Edições Vendaval.
- Pollack, Michael (1989), “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Pollack, Michael (1992), “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Ribeiro, António Sousa (1986), “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 11-26.
- Rouso, Henry (1996), “A memória não é mais o que era”, in Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (orgs.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 93-101.
- Sá, António Fernando de Araújo (2005), “A história do presente como tempo da memória”, *Semina – Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Passo*, 4, 2-15.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Saunders, Max (2008), “Life-Writing, Cultural Memory, and Literary Studies”, in Astrid Erll & Ansgar Nünning (orgs.), *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 321-331.

- Seixo, Maria Alzira (1986), *A palavra do romance – Ensaios de genealogia e análise*. Lisboa: Horizonte Universitário.
- Tsekeris, Charalampus; Katrivesis, Nikos (2008), “Feminist Politics as Reflexive Citizenship”, *Intellectum*, 3, 93-102.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1998), *In Other Worlds – Essays in Cultural Politics*. New York: London: Routledge.
- Vaz, Carlos (2004), *Diários de um real-não-existente – Ensaio sobre os diários de Maria Gabriela Llansol*. Fafe: Editora Labirinto.
- Wieviorka, Annette (2006), “The Witness in History”, *Poetics Today*, 27(2), 385-397.
- Wolfreys, Julian (2008), *Transgression*. New York: Palgrave Macmillan.